

Medidas Excepcionais de Combate a Epidemia Covid- 19

Lei 7/2020 de 10 de abril – Resgate de Planos Poupança Reforma

Artigo 7.º

Resgate de Plano de Poupança Reforma

1 — Sem prejuízo do disposto nos n.os 1 a 4 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, enquanto vigorar o estado de emergência, o valor dos Planos de Poupança Reforma (PPR) pode ser reembolsado nos termos do n.º 3, até ao limite mensal do indexante dos apoios sociais, pelos participantes desses planos e desde que um dos membros do seu agregado familiar esteja em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, conforme estabelecido no Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, ou que tenha sido colocado em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., bem como seja elegível para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, nos termos do artigo 26.º do referido decreto -lei, ou seja trabalhador de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência, nos termos do artigo 9.º do Decreto n.º 2 -B/2020, de 2 de abril.

2 — O valor do PPR reembolsado deve corresponder ao valor da unidade de participação à data do requerimento de reembolso.

3 — Para efeitos do presente artigo, não é aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, desde que tenham sido subscritos até 31 de março de 2020.

Lei n.º 18/2020

Prorroga os prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, que estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2

Sem prejuízo do disposto nos n.os 1 a 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, **até 30 de setembro de 2020**, o valor dos Planos de Poupança Reforma (PPR) pode ser reembolsado nos termos do n.º 3, **até ao limite mensal do indexante dos apoios sociais**, pelos participantes desses planos e desde que **um dos membros do seu agregado familiar esteja em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março**, ou que tenha sido colocado em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., bem como seja **elegível para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente**, nos termos do artigo 26.º do referido decreto-lei, ou seja **trabalhador de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento durante o estado de emergência ou durante a situação de calamidade por imposição legal ou administrativa.**

Documentação:

Subscritores Elegíveis para Resgate	Documentos Comprovativos	Exemplos
Isolamento Profilático	Declaração de Isolamento	Atestado médico a comprovar a situação de isolamento obrigatório
Doença	Certificado de incapacidade	Atestado médico a comprovar a sua incapacidade
Assistência a filhos ou netos	Declaração por assistência a filhos/netos	Declaração da segurança social a comprovar/pedido de subsídio
Redução do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho	Declaração passada da entidade patronal	Atestar a redução do horário de trabalho ou da colocação em LAY OFF
Desemprego	Declaração do Fundo de Desemprego	
Trabalhador de entidade sujeita a encerramento obrigatório durante o período de estado de emergência ou durante o estado de calamidade por imposição legal ou administrativa	Declaração de encerramento pela entidade patronal	Solicitador a entidade patronal ou segurança social
Redução de actividade económica de Trabalhador independente	Declaração a comprovar paragem da sua atividade e que tenham situação contributiva de pelo menos três meses	Pedido de subsídio junto da segurança social

Nota:

1. Não existe uma documentação específica para esta situação, a documentação a solicitar tem por base documentação que é por analogia necessária no âmbito do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 para os pedidos de subsídios ou de ajudas;
2. É necessário ver caso a caso a documentação que o cliente apresenta e se enquadra nas situações permitidas para resgate;
3. Valor mensal do indexante social é de € 438, 81;
4. Valor da UP deve ser o valor a data do requerimento do pedido de reembolso.
5. Vigora até ao dia 30 de Setembro de 2020.

